

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA MAIS USADA NA COSTA BRASILEIRA DURANTE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL

José Mario Botelho (FFP-UERJ)
jomartelho@gmail.com

RESUMO

Através das lentes da Historiografia, logo sob a perspectiva de uma análise documental, este trabalho objetiva refletir sobre a importância, dada pelos missionários jesuítas, de uma língua de natureza tupinambá do Brasil quinhentista. Essa língua, que os jesuítas conceberam como tupi, foi assimilada por eles, que a tomaram como as bases do processo de ensino–aprendizagem do seu projeto missionário no Brasil quinhentista. De fato, era a língua mais falada na costa brasileira no início da colonização do país, e, por isso, também constituiu a base da primeira língua geral – a língua geral missionária (Câmara Jr. 1975) – de todos os que aqui viviam. Trata-se, pois, de um período heroico do projeto jesuítico; os missionários aprenderam as línguas indígenas e as valorizaram em detrimento do ensino da língua portuguesa e da catequese, que esperavam poder colocar em prática mais tarde.

Palavras-chave:

Língua geral. Ensino–aprendizagem colonial. Projeto missionário jesuítico.

RESUMEN

A través de la historiografía y desde la perspectiva del análisis documental, este trabajo busca reflexionar sobre la importancia que los misioneros jesuitas otorgaron a la lengua tupinambá en el Brasil del siglo XVI. Esta lengua, que los jesuitas concibieron como tupí, fue asimilada por ellos y la utilizaron como base para el proceso de enseñanza y aprendizaje de su proyecto misionero en el Brasil del siglo XVI. De hecho, fue la lengua más hablada en la costa brasileña al inicio de la colonización del país y, por lo tanto, también constituyó la base de la primera lengua general – la lengua general misionera (Câmara Jr. 1975) – para todos los que allí vivían. Este, por lo tanto, fue un período heroico para el proyecto jesuita; los misioneros aprendieron las lenguas indígenas y las valoraron por encima de la enseñanza del portugués y la catequesis, que esperaban implementar posteriormente.

Palabras clave:

Lengua general. Enseñanza y aprendizaje colonial. Proyecto misionero jesuita.

1. Introdução

A história da educação jesuítica do início da colonização portuguesa no Brasil constitui não só a própria história da educação do país como também a história da formação da sociedade brasileira. No projeto dessa colonização portuguesa, iniciada no meado do século XVI, a valiosa prática educativa de missionários jesuítas exerceu um papel fundamental. E a efetivação

desse projeto só foi possível após os missionários terem assimilado a língua nativa mais usada na costa brasileira daquela época – uma língua de natureza tupinambá, que foi denominada “tupi”.

Com Tomé de Souza, o primeiro Governador-Geral, chegaram às terras brasílicas em 1549 o Pe. Manoel de Nóbrega e mais cinco padres jesuítas. Com um projeto pedagógico, idealizado pela Companhia de Jesus, que tinha como base o método educacional *Ratio Studiorum*¹, de 1599, esses missionários deram início a um processo educacional no Brasil.

Os missionários jesuítas se fixaram na costa brasílica, onde se dava início à colonização do país, atendendo às necessidades dos colonizadores no processo de fortalecimento do domínio português no território brasileiro. Nesse processo, desempenharam os jesuítas um papel fundamental: o de mediador linguístico-cultural entre os portugueses e os povos originários das terras brasílicas. De fato, eram inúmeras as nações indígenas, cujas línguas eram diversas, e os colonizadores não conseguiam fazer comunicação com os indígenas. Como nem os nativos nem os portugueses eram capazes de aprender as suas respectivas línguas, os jesuítas se empenharam nesse mister, já tendo eles a precípua missão de evangelizar os gentios. Também, os missionários perceberam, de imediato, que seria praticamente impossível alfabetizar os indígenas em língua portuguesa. Logo, aprender as línguas nativas tornava-se um dos aspectos essenciais para a consecução do projeto pedagógico da Companhia de Jesus nas terras brasileiras.

Porém, a variedade de línguas nativas com que se depararam os jesuítas lhes era outro grande desafio. A grande quantidade de línguas daquela pequena porção de terra brasílica criava um multilinguismo, que não era do conhecimento dos missionários, como observou Mattos e Silva (2011):

Ayron Rodrigues (1986:19), admitindo para a atualidade cerca de 180 línguas sobreviventes, considerou possível o dobro em 1500. Em artigo posterior (1993: 91), com base em cálculos de distribuição de línguas no passado da humanidade como um todo, faz crescer esse número para 1.175 línguas. Antônio Houaiss (1985:100) admite verossímil o montante de 1.500 línguas”. Entre esses limites díspares – 360 a 1.500 línguas –, o fato é que os colonizadores portugueses se encontravam com a Babel, imagem recorrente nos escritos de Pe. Antônio Vieira, que aqui viveu durante o século XVII, referindo-se

¹ “O *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, que normalmente aparece em forma abreviada como *Ratio Studiorum*, é um tipo de coletânea, baseada nas experiências de religiosos do Colégio Romano (escola criada por Santo Inácio de Loyola em 1551), ao qual foram adicionadas observações pedagógicas de outros tantos colégios da época. Com o objetivo de orientar rápida e eficazmente os jesuítas pedagogos sobre a natureza, a extensão, a aplicabilidade e as obrigações da docência, o *Ratio* servia como um verdadeiro manual de conduta para aqueles missionários.”

ele, sobretudo, ao Maranhão e Pará, à Amazônia, portanto. (Mattos e Silva, 2011, p. 76)

Era, pois, uma realidade inusitada para a Coroa portuguesa, para os colonizadores e para os jesuítas, que não tinham propriamente capacidade para tratar dessa questão; a quantidade de nações indígenas que ocupavam a costa brasileira pode ser apreendida da seguinte situação descrita por Botelho (2022):

Os tupinambás ocupavam a faixa compreendida entre Camamu e a foz do Rio São Francisco, com aproximadamente 100 mil indivíduos; a nação tupinambá era composta de várias tribos violentas e antropofágicas, que lutavam entre si. Os tupiniquins (tupinaquis ou tupinanquins) ocupavam a faixa compreendida entre Camamu (na Bahia) até o rio Cricaré (no atual Espírito Santo) e o litoral do atual estado de São Paulo entre Cananeia e Bertioga; a nação tupiniquim não era violenta. Mais para o interior, numa faixa paralela à dos tupiniquins, vivia a nação aimoré; e, no interior, vivia uma grande nação indígena do grupo linguístico macro-jê, que os tupis chamavam de tapuias² (“inimigos”, “os que fugiram da aldeia”, “os que não falam a nossa língua”). (Botelho, 2012, p. 147)

Apesar do grande número de nações indígenas e de línguas, havia certa homogeneidade ao longo do litoral brasileiro entre essas nações, que falavam o tupinambá, segundo Rodrigues (1993),

Uma só língua, o Tupinambá (Tupi Antigo), dominava quase inteiramente a extensa costa, do nordeste ao sueste, com apenas leves variações dialetais. Esse fato levou tanto os franceses quanto os portugueses a procurar aprender só essa língua, altamente funcional para os que pretendiam extrair o pau-brasil e estabelecer-se ao longo da costa: aprendida num ponto desta, permitia comunicar-se em praticamente qualquer outro. As línguas minoritárias em relação ao tupinambá não foram, por isso, objeto de maior atenção. (Rodrigues, 1993, p. 86)

Também o Pe. Fernão Cardim (1540–1625) comentou em seus *Tratados da Terra e Gente do Brasil* sobre uma língua comum:

Todas estas nações acima ditas, ainda que diferentes, e muitas dellas contrarias umas das outras, têm a mesma língua, e nestes se faz a conversão, e tem grande respeito aos Padres da Companhia e no sertão suspirão por elles, e lhes chamão Abarê e Pai, desejando a suas terras converte-los, [...] (Cardim, 1925, p. 198)

Os missionários sentiram, em consequência disso, a necessidade de aprender aquelas línguas para possibilitar a alfabetização dos gentios e, conseqüentemente, para que se pudesse dar início à catequização desejada. Só

² Pode-se dizer que “tapuia”, de origem tupi (corruptela de *tapuy-ú*: “forasteiro”; “bárbaro”; “inimigo”), é um termo que foi utilizado no início do período de colonização do Brasil para designar todos os índios “inimigos” dos tupis e que não falavam o tupi antigo.

assim poderiam ser capazes de cumprir os objetivos da Coroa em si, como bem observava o próprio Pe. Nobrega (1549) em uma carta aos demais pais e irmãos.

[...] Principalmente pretendemos ensinar bem os moços, porque estes bem doutrinados e acostumados em virtude, serão firmes e constantes, os quaes seus paes deixam ensinar e folgam com isso, e por isso nos repartimos pelas capitãias, e com as linguas que nos acompanham nos occupamos nisto; aprendendo pouco a pouco a lingua, para que entremos pelo sertão dentro, onde ainda não chegaram os Christãos, [...] [sic] (Nobrega, 1551. In: Cartas Jesuíticas, 1886, p. 83-4)

Certamente, os missionários não procuraram aprender todas as línguas que havia, mas conseguiram depreender uma modalidade que lhes pareceu mais comum entre as diferentes nações indígenas. Consideraram-na uma língua primitiva, base daquelas línguas de natureza tupinambá. Assimilaram essa língua, que chamaram de “tupi” e a ensinaram aos demais habitantes da época. Contudo, embora considerassem apenas essa língua dominante na costa, que teriam de assimilar e disseminar para garantir o seu domínio, inúmeras nações com seus idiomas nativos se distribuíam do leste para o interior.

Na verdade, a ação missionária desse projeto colonial atuou como intermediadora entre os povos originários brasileiros e o colonizador europeu. Tal ação representava os interesses da Companhia de Jesus na expansão da fé cristã católica, e também o da Coroa portuguesa na extensão da tradição universitária portuguesa quinhentista.

Essa tradição, que teve início em 1537 com a instalação da Universidade de Coimbra por D. João III, incentivava e influenciava a fundação de Colégios jesuítas no Brasil colonial. Esses Colégios funcionariam como centros irradiadores da filosofia cristã e da cultura clássica de tradição erudita renascentista, que estava relacionada também com o uso acadêmico e literário do latim (Cf. Kaltner, 2016).

Portanto, este artigo apresenta uma reflexão sobre como se deu o ensino de línguas durante a educação jesuítica e qual o lugar do português e da língua mais usada na costa brasileira – o “tupi” – durante a ação pedagógica daqueles missionários para que se pudesse pôr em prática a ação precípua do projeto pedagógico da Companhia de Jesus.

2. *A importância da língua de base tupinambá para a implantação do projeto jesuítico*

Durante todo o período de colonização portuguesa, uma língua geral (de base tupinambá – que os jesuítas conceberam como o “tupi” primitivo³) era a língua mais utilizada para comunicação entre todos os habitantes na costa brasileira: indígenas, colonos e seus familiares e escravos.

Essa primeira língua geral passou a ser ensinada pelos missionários jesuítas aos indígenas, o que facilitava o ensino da língua portuguesa e a catequese.

Como os portugueses também ensinavam o português às populações indígenas, instaurou-se um processo de bilinguismo com o uso da língua portuguesa e o da língua geral missionária⁴ (ou tupi missionário).

Logo, a situação do Brasil colonial, principalmente durante os dois primeiros séculos, apresentava-se como uma verdadeira babel brasílica, devido à mistura de nações e etnias e também de línguas.

Em 1660, o Pe. Antônio Vieira, em carta enviada ao Rei, mencionava a multiplicidade de “línguas diferentes e dificultosas”, que eram chamadas de nheengaibas⁵, da boca do rio Amazonas (Cf. VIEIRA, 1735 [1660], p. 22). Também no Sermão do Espírito Santo, Vieira também comenta sobre essa grande variedade de línguas, conforme se pode observar no trecho abaixo:

Pela muita variedade das linguas houve quem chamou ao rio, das Almazonas rio Babel; mas vem-lhe tão curto o nome de Babel como o de rio. [...], porq̃ na Torre de Babel, como diz S. Jeronymo, houve fômente fetenta & duas linguas, & as que fe fallão no rio das Almazonas fãõ tantas, & tão diversas, que fe lhe não fabe o nome, nem o numero. As conhecidas até o anno de 639, no descobrimento do rio de Quito, eram cento & cincoenta. Depois fe descobrirão muitas mais [...] (VIEIRA, 1683, p. 409)

³ Refere-se ao tupi antigo, que seria a língua originária dos povos tupi que habitavam o litoral brasileiro quando os portugueses chegaram. Era uma língua distinta do tupi contemporâneo e de outras línguas indígenas, que existiam nas redondezas e nos novos territórios que os colonizadores conquistaram posteriormente.

⁴ Língua criada pelos jesuítas, que dos dialetos comuns do tupi “tiraram os jesuítas um tanto pelo modelo ocidental uma língua de comunicação (a língua geral), que foi posta a serviço da catequese e passou a servir de meio de intercurso entre os indígenas e os brancos”, como destaca Câmara Jr. (1975 [1963], p. 76).

⁵ Refere-se a um específico grupo de indígenas que habitavam o arquipélago da foz do rio Amazonas e que resistiram veementemente à colonização portuguesa. Esse conjunto de ilhas rodeadas pelo sistema fluvial do Amazonas era considerado pelos nativos uma única ilha, chamada de Tupinambarana.

Na área litorânea, onde se acomodavam os colonizadores e os primeiros missionários, sob o comando do Pe. Manoel de Nóbrega, também havia diversas nações indígenas e suas línguas nativas, embora tenham eles considerado aquela variante do tupi como a língua mais usada na costa brasileira.

O aprendizado desse tupi, que passou a ser a língua geral missionária, era distribuído, linguisticamente, em vários subgrupos locais, que definiam a fala típica litorânea e que veio a ser a língua geral paulista. Para que se possa entender que língua tupi teria sido apreendida pelos jesuítas, especialmente pelo Pe. José de Anchieta, tomemos como exemplo as afirmações feitas pelo saudoso professor Aryon Dall'Igna Rodrigues (In: Noll; Dietrich, 2010) e na seguinte afirmação abaixo:

Durante o século xvii, o nome tupi ficou mais associado, sobretudo no sudeste e sul do Brasil, aos índios recrutados pelos bandeirantes para invadir e dominar as missões jesuíticas e outras comunidades de indígenas guaranis na bacia do rio Paraná. Os bandeirantes, em sua maioria, eram mamelucos, descendentes de mães tupis e pais portugueses e, além do português, falavam uma variedade diferenciada da língua dos índios tupis, para a qual foi-se firmando então o nome língua geral e que hoje distinguimos como língua geral paulista (Rodrigues, 1986: 99 ss.). (Rodrigues. In: Noll; Dietrich, 2010, p. 29)

A língua geral era tão somente um modo de falar que se generalizou entre os habitantes da costa brasileira. Não era, portanto, uma língua de uma tribo específica e nem mesmo um dialeto de uma das várias línguas nativas. Compunha, mais especificamente, uma uniformização léxico-semântica local de vários falares do tronco linguístico tupi-guarani (ou tupi), com influência da língua portuguesa.

Elia (1979, p. 182) alerta-nos que não se deve considerar essa forma de comunicação uma língua franca, já que não se tratava de uma língua natural existente, ou um *pidgin*⁶, embora o seu surgimento muito se assemelhe a este tipo de comunicação.

Rodrigues (1996, p. 6-9), entretanto, prefere empregar o termo “línguas gerais” para designar as línguas que surgiram do contato entre os colonizadores e os nativos, como reafirma a seguir:

No primeiro século da colonização, esse fenômeno foi mais intenso e mais duradouro no planalto de Piratininga, em São Paulo, primeiro território interior para o qual se deslocou a ação colonizadora. Aí o número de mestiços, chamados então de mamelucos, cresceu tanto usando a língua tupi (ligeiramente modificada pelo convívio com a portuguesa) que esta foi difundindo-se e pas-

⁶ Refere-se a uma “língua” simplificada que surge do contato de duas ou mais línguas para comunicação emergencial entre falantes de idiomas diversos, que se misturam, Normalmente, o locutor se utiliza do léxico da língua do seu interlocutor.

sou a ser chamada língua geral, hoje mais especificada como língua geral paulista (LGP). (Rodrigues. In: Noll; Dietrich, 2010, p. 37)

O idioma registrado pelo missionário em suas obras de Gramática, que vimos chamando de “tupi” seria um “tupi antigo”, que compunha um conjunto de variedades afins, faladas ao longo de toda a costa e na bacia do Paraná/Paraguai. Nas palavras de Elia (1979):

Sabemos que, por ocasião do descobrimento, os tupis ocupavam o litoral, de São Paulo ao atual Maranhão. A língua que falavam – que convencionamos chamar genericamente tupi – era uma série de dialetos que deviam ser bastante aparentados entre si. [...] Foi, portanto, sobre essa base linguística mais ou menos uniforme que os jesuítas [...] trabalharam, para, sob a ação da disciplina gramatical, poderem dispor de um instrumento prático de evangelização pela palavra. (Elia, 1979, p, 181)

Depreende-se dessa citação que o que conhecemos como “tupi” é uma abstração, já que a comunicação linguística das várias nações tupi que ocupavam o litoral não era unívoca, mas uma série de falares semelhantes. E o que o Pe. José de Anchieta denominou de a “língua mais usada na costa brasileira” em sua Arte de Gramática era, pois, outra abstração. Os educadores jesuítas deduziram ter havido um tupi ancestral que se dialetou à medida que as tribos indígenas se espalharam por todo o território litorâneo.

Convém assinalar que Anchieta não denominou “tupi” a língua mais usada na costa brasileira, de que trata em sua Arte de Gramática,

Logo, é acertada a afirmação de Fávero (2021, p. 215) quando diz que “a gramática de Anchieta teria servido para estabilizar as variedades de origem tupi muito próximas”. Esse conjunto de variedades linguísticas, de que fala a autora, também era conhecido como “língua brasílica”, porque teria sido utilizada pelos gentios da etnia tupi. Posteriormente, esse conjunto de variedades linguísticas passou a ser chamada de língua geral, que teria sido um todo homogêneo e artificial, criada a partir da gramática de Anchieta. Contudo, devem-se considerar dois aspectos em relação a essa situação sociolinguística: “Em primeiro lugar, a gramática de Anchieta não ‘criou’ uma língua geral, mas promoveu a sistematização de falares semelhantes espalhados pela costa do Brasil.” (Fávero, 2021, p. 215); e “Em segundo lugar, deve-se salientar que o conceito de língua geral varia entre autores. (Fávero, 2021, p. 215). O que não se pode negar é que muito se tem especulado sobre a relação entre o “tupi” da gramática de Anchieta e o que efetivamente se falava na costa do Brasil naquela época.

Acerca dessa situação sociolinguística, o que constitui um fato incontestável é que imperava um multilinguismo, configurado pelas variedades de falares nativos e, mais tarde, um bilinguismo, configurado pela coocorrência da língua geral e a portuguesa. Desse multilinguismo, foi identificado pelos

missionários um conjunto de elementos linguísticos comuns de falares afins (de natureza tupinambá), que, influenciado pela língua portuguesa dos missionários e sob o seu modelo, formou-se a língua geral missionária (ou jesuítica).

Essa língua geral foi ensinada aos demais habitantes e utilizada pelos jesuítas no seu mister pedagógico. Tornou-se, portanto, a base das práticas de conversão e meio de comunicação entre os colonos e os gentios; e foi exatamente nesse contexto, como observa Nunes (2006), que os pedagogos jesuítas colocaram em funcionamento a sua política linguístico-religiosa:

A língua indígena ganha um estatuto importante na cena da colônia como língua de catequese. Um dos resultados dessa política está na elaboração de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários. A língua, assim, torna-se objeto de conhecimento, de descrição e de interpretação. (Nunes, 2006, p. 87)

Como se pode depreender da citação, com essa língua, também se fez uma considerável literatura, porquanto foram produzidos textos sobre aquele tupi, dos mais variados gêneros, como o registro lexical do Pe. Navarro, as cartinhas pedagógicas dos jesuítas e as gramáticas do Pe. Anchieta e a do Pe. Figueira.

Assim, os falares afins de diferentes nações indígenas de origem tupi-guarani foram regularizados por meio de gramáticas, primeiramente a de Anchieta e, no século seguinte, a de Figueira.

3. Projeto jesuítico: As atividades pedagógicas dos missionários jesuítas

Convém ressaltar, primeiramente, que a missão precípua dos religiosos jesuítas, que vieram para o Brasil, era a de difundir a fé cristã, evangelizando os nativos, que, segundo os religiosos, careciam de salvação, como se pode observar em Anchieta (1933):

Andamos mais de cem léguas padecendo fome e sede sem deles pretendermos mais do que a salvação das suas almas e a glória de Deus” (Anchieta, 1933, p. 38)

ou nessa carta que Nóbrega endereçara aos irmãos e padres da Companhia de Jesus, em que reconhece a falta de religiosidade dos indígenas:

Esta gentilidade nenhuma cousa adora, nem conhecem a Deus ; sómente aos trovões chamam Tupane, que é como quem diz cousa divina. E assim nós não temos outro vocábulo mais conveniente para os trazer ao conhecimento de Deus, que chamar-lhe Pae Tupane. [sic] (Nóbrega, 1549. In: Cartas Jesuíticas, 1886, p. 70)

ou ainda em outra carta de Nóbrega (1931, p. 45), em que diz: “Convidamos os meninos a ler e escrever e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina cristã”.

O multilinguismo, porém, forçou os missionários ao aprendizado da língua da terra, que, em conformidade com as orientações da Companhia de Jesus, que previa a necessidade de aprendizagem das línguas locais para melhor realizar as práticas catequéticas, passaram a usar o tupi, juntamente com o português, para alfabetizar as crianças (indígenas e filhos dos colonos) antes de evangelizá-las. Dava-se, por conseguinte, o processo linguístico-religioso daqueles primeiros jesuítas, que se fizeram pedagogos além de serem difusores da fé cristã.

Logo, a importância conferida ao aprendizado da língua nativa para a implantação do projeto jesuítico é inegável, não só porque ocorreu a substituição do grego (língua clássica, prevista pelo *Ratio* para a formação dos padres pedagogos) pela língua tupi nas aulas dos colégios de formação de sacerdotes, mas, sobretudo, porque seria mesmo a única forma de se estabelecer a comunicação entre os jesuítas e os seus desejados novos cristãos.

Além disso, essa língua da terra passa a ser o meio de comunicação de todos os habitantes e também a garantia da união territorial, mormente ao Norte do país, durante a investida de invasores estrangeiros, em cuja ocasião os nativos lutaram ao lado dos portugueses em defesa do território.

Com o início do Governo-Geral de Tomé de Souza, em 1549, deu-se propriamente o início das atividades pedagógicas dos missionários jesuítas. Entretanto, só a partir do Governo-Geral de Mem de Sá, o terceiro a ocupar o cargo, as suas ações docentes se destacaram.

Inicialmente, os primeiros jesuítas visitavam as aldeias e tentavam comunicar-se com os indígenas, que, de modo geral, tinham interesse, mas não conseguiam entender os padres, que também nada entendiam das variadíssimas línguas da terra. Para estabelecerem esses contatos iniciais, os sacerdotes iam de uma aldeia a outra e eram auxiliados por intérpretes como o Pe. Pero Corrêa, “que sabe mui bem a língua do Brasil e tem muita autoridade entre os Índios por o muito tempo que gastou em esta terra antes de ser da Companhia [sic] (Anchieta, 1933 [1555], p. 74); contavam, também, com outros línguas – colonos já estabelecidos no Brasil – ou com os mamelucos – filhos dos colonos com índias – e com alguns jovens gentios:

Isto será o primeiro que commetteremos, como Vossa Reverendissima mandar quem sustente est’outras partes, e as quaes por cada uma das capitánias tenho ordenado que se façam casas para se recolherem e ensinarem os moços dos Gentios, e também dos Christãos; e para nellas recolhermos algumas linguas para este effeito. [sic] (Nobrega, 1551. In: Cartas Jesuíticas, 1886, p. 84)

Como se depreende dessa citação, o Pe. Nobrega mandava edificar casas para alojar os primeiros alunos indígenas, que vieram a intermediar os contatos entre os jesuítas e os gentios.

As casas para a efetivação dos trabalhos desses missionários eram construídas por eles próprios e com donativos dos colonos de boa vontade, como declara o Pe. Nobrega (1557) em carta ao Pe. Miguel de Torres. O Provincial de Portugal:

Para nós, agora, abastam-nos estas casas, que nós, com muito trabalho nosso e com pouparmos essa pobre esmola de El-Rei, feita, respeitando a pobreza da terra e aos muitos gastos que cá tem Sua Alteza com pouco proveito, mas há-de ser com tirar daqui os moços para outra parte, ou não querer que os haja, nem casa deles que seria de todo perder a esperança de se frutificar nesta terra alguma cousa ; e, por isso, o melhor seria dar-lhes este sítio, e a nós fazerem-nos um pobre agasalhado da banda de fora do muro, no lugar que para isso se escolheu, e vendo, entre tanto, que não vem a resposta trabalharemos quanto fôr possível por haver alguma maneira de apartamento. [sic] (Nobrega, 2 de setembro de 1557. In: Leite, 1940, p. 65)

ou nessa de 1551, que escreveu aos outros padres e irmãos:

A casa da Bahia, que fizemos para recolher e ensinar os moços, vai muito adiante, sem El-Rei ajudar a nenhuma cousa, sómente as esmolos do Governador e de outros homens virtuosos. Quiz-nos o Senhor deparar um official pedreiro, e este a vai fazendo pouco a pouco ; tem já feito grande parte da casa e têm também cercadas as casas de uma taipa mui forte. [sic] (Nobrega, 1551. In: Cartas Jesuíticas, 1886, p. 85)

Como metodologia, os missionários utilizavam de dramatizações e iam ensinando algumas palavras em português e aprendendo algumas palavras de línguas da terra.

Mais tarde, quando aprenderam a língua-base da região (que os jesuítas entendiam ser o tupi), deram início a desejada alfabetização dos curumins; criaram-se, assim, as primeiras casas de ensino das letras, que se podem nomear de “casas de bê-a-bá” ou “casas de meninos”:

No ano de 49 fui enviado, por o padre Mestre Simão, a estas partes com os meus cinco companheiros, o qual me deu entre outros avisos êste, que se nestas partes houvesse disposição para haver Colégios da nossa Companhia, ou recolhimento para filhos dos gentios, que eu pedisse terras ao Governador, e escolhesse sítios, e que de tudo o avisasse.

No primeiro ano não me pude resolver em nada, mas sómente corri a costa, e tomei os pulsos à terra. Logo no seguinte ano mandaram quatro padres com alguns rapazes órfãos, e isto me fez crêr a minha opinião, e que Nosso Senhor era servido de haver casa para rapazes dos gentios, e aqueles vinham para dar princípio a outros muitos de cá da terra [...]. Logo no seguinte ano vieram mais órfãos com bulas, para se ordenar confraria, o que logo se fez na Baía, e na Capitania do Espírito Santo, e nesta de São Vicente, repartindo os rapazes por as casas, os quais eram aceitos na terra por a gente portuguesa, por causa

dos ofícios divinos e doutrina, que diziam; e com êstes se juntaram outros dos gentios e órfãos da terra, mestiços, para a todos remediar e dar vida. [sic] (Nobrega, 1551. In: Leite, 1940, p. 103-4)

Essas casas eram feitas de taipa e coberta com palha, que também serviam de abrigo para os alunos, os padres e os irmãos. Foram, de fato, as primeiras moradas dos padres, que eles próprios construíram.

Figura 2: As primeiras “casas de meninos” dos Jesuítas.



Fonte: https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/wp-content/uploads/2014/09/Indios_e_Jesuítas-1.jpg.

E a alfabetização, inicialmente em tupi missionário, visava à catequização e à introdução da cultura portuguesa aos índios e aos filhos dos colonos, e, em consequência, a introdução da língua portuguesa. Também os escravos eram instruídos na doutrina cristã.

Todos êstes (como acima disse⁷), residiam com os Portugueses em São Vicente, onde ajuntaram de diversas partes muitos dos filhos dos Índios, e os instruíam otimamente nos rudimentos da fê cristã, no estudo dos elementos e no escrever. [sic] (Anchieta, 1933 [1554], p. 38)

Nos meados de 1550, os jesuítas ergueram o primeiro Colégio da Bahia para os meninos órfãos, que veio a ser o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia, em Salvador, e, ainda em 1550, em São Vicente, o Pe. Leonardo Nunes dava início a um colégio homônimo, que foi inaugurado em 2 de fevereiro de 1553, mas que se transferiu para Piratininga, com o nome de Colégio dos Meninos de Jesus de São Paulo em 1554, dando origem, mais tarde, à cidade de São Paulo e ao seu desenvolvimento.

Leite (1938) comenta que o Pe. Nóbrega iniciou a educação na Bahia com os sete meninos órfãos que vieram com mais quatro padres, numa segunda expedição nos meados de 1550 (Cf. Leite, 1938, p. 34-6 e 47-8), e deu início à criação do Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia⁸ com alguns me-

⁷ Anchieta refere-se aos padres de São Vicente: Manuel de Nobrega, Manuel de Paiva, Francisco Pires, Vicente Rodrigues, Afonso Bras, Leonardo Nunes, Pero Corrêa e outros.

⁸ Não há uma unanimidade em relação à data de fundação do Colégio Jesuítico da Bahia, pois alguns historiadores informam que seria em 1553, outros informam que seria em 1554. O

ninos perdidos de Lisboa, que já vieram transformados já pela educação cristã. Além daqueles sete meninos e mais os que foram enviados de Lisboa e os que iam reunindo à medida que o Colégio criado ia se desenvolvendo:

Tratou de juntar-lhes “outros órfãos da terra, que havia muitos, perdidos e faltos de criação e doutrina, e dos filhos dos gentios quantos se pudessem meter em casa”. E começou o trabalho de atracção, mais natural que se podia imaginar, de criança para criança. “Os meninos órfãos, que nos mandaram de Lisboa, com os seus cantares atraem os filhos dos gentios e edificam muito os cristãos”. (Leite, 1938, p. 36)

Em carta, Anchieta (1554) informa sobre a chegada do Pe. Nobrega com o novo colégio a Piratininga:

Em a capitania de S. Vicente, que está da cidade do Salvador 220 leguas, ha mais gente da Companhia que em nenhuma outra partê, donde se fez ajuntar o padre Nobrega muitos meninos filhos de Indios, ensinaram-lhes a doutrina e a ler e escrever. Agora nos hemos passado a esta povoação de Indios que se chama Piratininga, donde estamos entre os Indios. Dia da conversão de São Paulo dissemos a primeira missa em êste lugar. [sic] (Anchieta, 1933 [1554], p. 72)

e comenta sobre as atividades desse Colégio:

Estamos, como lhes hei escrito, em esta aldeia de Piratininga, onde temos uma grande escola de meninos, filhos de Indios, ensinados já a ler e escrever, e aborrecem muito os costumes de seus pais, e alguns sabem ajudar a cantar a missa: êstes são nossa alegria e consolação, porque seus pais não são mui domaveis, posto que sejam mui diferentes dos das outras aldeias, porque já não matam nem comem contrarios, nem bebem como dantes. [sic] (Anchieta, 1933 [1554], p. 85)

Assim, os estudos dos meninos (índios e filhos de colonos), em tupi jesuítico e em português, iam desenvolvendo-se, juntamente com a cateque-

que de fato temos é a seguinte informação em uma carta de 1551, que o Pe. Navarro enviou de Salvador:

Achei alguns [moços gentílicos] aqui mui habiles e de tal capacidade que bem ensinados e doutrinados podiam fazer muito fructo em a gentildade, para o que temos muita necessidade de um collegio nesta Bahia (22) para ensinar os filhos dos índios, e alguns temos e nos dariam mais si tivéssemos possibilidade para os recolher e sustentar, que a terra por ser novamente povoada ainda não pode fazer. Na mão de El-Rei Nosso Senhor está leval-o ao cabo e ajudar-nos para que lhe demos fim, porque já o temos começado, e sem sua ajuda parece impossivel acabar-se e muito mais folgaríamos que elle próprio o mandasse fazer para ficarmos mais livres e desoccupados para o espiritual. [sic] (Navarro, 1931 [1551], p. 72)

Também a outra carta de Pe. Luiz da Grã a Santo Inácio, da Bahia, de 27 de dezembro de 1553:

Agora numa nau que veio do Reino veio duas cartas de El-Rei uma para o Governador e outra para o Bispo, encomendando-lhes que dêem ordem a que se faça nesta cidade um Colégio ao modo de Lisboa. Não se tomou por ora determinação nisso por esperar pelo P. Manoel de Nóbrega. (Luiz da Grã, 1553 *apud* Leite, 1938, p. 167-8)

se; porém, só em 1562 esses estudos gramaticais se transferiram para Piratininga definitivamente:

O estudo da gramatica se continuou até o mês de Novembro em S. Vicente com o número de estudantes de que em as letras passadas faço menção; mas foi tanta a esterilidade dos mantimentos que nem por muito trabalho que em isto se pôs pôde haver provisão bastante de farinha e pão da terra, nem os moradores o tinham para si nem para nós outros, pelo qual foi necessario que nós viessemos a esta Piratininga, onde é a abundancia maior. [sic] (Anchieta, 1933 [1562], p. 178)

Em 1556, o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia, erguido em 1550 para ser o Colégio da Bahia (ou Colégio de Jesus) para os meninos órfãos (Cf. Leite, 1938, p. 34-6), deixa de existir e se torna um colégio canônico (Cf. Leite, *ibid.*, p. 44), que ensinava, além de Teologia, as Humanidades latinas. Logo, passa de elementar a secundário, embora as suas poucas e pequenas construções ainda fossem de taipa e palha. Somente em 1551 começaram a ser construídas edificações de alvenaria e em 23 de maio de 1573, inaugura-se a Igreja de Mem de Sá, que passou a ser as acomodações dos padres, e iniciou-se a construção do novo Colégio, o qual foi concluído em 1590. As aulas de latim já estavam sendo dadas aos meninos que se destacavam e se preparavam para trabalhar como sacristãos e como leitores.

Figura 2: Terreiro de Jesus com a Igreja e Colégio da Bahia (1862).



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7f/Salvador-Bahia_%28Terreiro_de_Jesus%29_Sé_Catedral_1862.jpg.

Em 1568, fundaram o Colégio dos Meninos de Jesus de Pernambuco, em Olinda. Apoiados no *Ratio Studiorum*, os pedagogos jesuítas desenvolviam os estudos do latim, que era a língua sagrada, nesses Colégios; desenvolviam-se, portanto, as *Divinae Litterae* e as *Humanae Litterae*, sendo a língua grega substituída pelo tupi, que era a base da língua geral e que deveria ser dominada pelos seminaristas. Tanto que o Pe. Luiz da Grã, reitor do Colégio da Companhia de Jesus de Coimbra, em visita à Villa Velha na Bahia, recomendara a sua prática, como informa o Pe. Ruy Pereira:

Além disto, [o Pe. Luiz da Grã] ordenou em casa que houvesse cada dia uma hora de lição da lingua brasilica, que cá chamamos grego (158); e elle é o

mestre delia pola saber entender e explicar suas regras melhor que todos, posto que sejam mui boas linguas. [sic] (Pe. Luiz da Grã, 1931 [1560], p. 270)

Nessa época, a língua geral missionária já se transformara na língua geral paulista, que era o meio de comunicação de todos os habitantes da Colônia.

Os Colégios dos jesuítas, sob as orientações do *Ratio*, constituíam, portanto, o berço da formação intelectual clássica e da formação moral e religiosa na Colônia. Nesse contexto, o latim passava a ser o eixo condutor da educação colonial, que se formava nos cursos de Filosofia e Ciências e no de Teologia e Ciências Sagradas.

Os jesuítas ainda fundaram mais seis colégios e quatro seminários para a formação de novos membros da ordem até 1759. O crescimento do número de colégios na Colônia, que no século XVII já eram onze, além dos colégios menores e as escolas de meninos, facilitou a atuação dos jesuítas, que desenvolviam a política adotada pelo Pe. Nóbrega já no século XVI.

Portanto, este estudo contextualiza as atividades docentes dos missionários jesuítas e destaca o importante papel do tupi missionário como elemento facilitador do processo de ensino–aprendizagem e das línguas latina e portuguesa na formação intelectual e cultural da sociedade do Brasil colonial, porquanto lança luz sobre o legado duradouro da educação jesuítica que se desenvolveu no país.

Também, incentivavam a escravidão de africanos, procurando, com isso, evitar que os índios fossem escravizados pelos colonos. Podendo, assim, levar avante o seu projeto missionário de catequese e de integração da cultura eclesiástica e acadêmica europeia ultramarina à colonização portuguesa no Brasil, sobretudo, para moldar a identidade colonial brasileira. De fato, aqueles missionários concluíram que a proposta inicial de catequese à semelhança daquela praticada nas naus e nas terras europeias para resgate dos hereges, não funcionava com os gentios. Portanto, fora “necessário inverter as prioridades: primeiro transformar ou suprimir a cultura indígena, para depois ensinar a doutrina” (Hilsdorf, 2011, p. 7).

Logo, naquela complexa dinâmica linguística e cultural do Brasil colonial, desenvolveu-se o legado duradouro da educação jesuíta sob o amparo do *Ratio Studiorum*, que proporcionou uma verdadeira interação entre língua e cultura na formação da sociedade colonial.

Nessa empreitada da Companhia de Jesus, o português não representava uma realidade equivalente à língua geral (língua de comunicação de todos no Brasil-Colônia) em sua força educativa.

4. Considerações finais

Descreveram-se, nesse artigo, importantes aspectos da prática pedagógica dos jesuítas no período de colonização do Brasil. O ensino das primeiras letras, que viria permitir que se efetivasse o Projeto educacional da Companhia de Jesus, ganhou destaque. Esse Projeto pedagógico dos jesuítas se concentrou em três idiomas principais: o português, a língua brasílica e o latim, Fundamentado na *Ratio Studiorum*, cujo objetivo precípuo era o de regulamentar as suas atividades docentes e evangelizadoras, os missionários exerceram o papel de educadores, ensinando as primeiras letras e catequizando os gentios com exemplar destreza. Assim, dava-se uma inevitável interação entre o ensino da língua portuguesa, o desenvolvimento da cultura lusófona e a emergência de uma nova sociedade brasileira.

Formava-se no país uma sociedade multicultural, predominantemente de matriz lusitana e tupinambá, com a ocupação dos extensos espaços litorâneos do território; o desconhecido interior seria explorado no final do século XVI e início do século seguinte. A ocupação se estabelecia paulatinamente, devido ao sucesso do projeto missionário de expansão da fé cristã entre as populações indígena e do ensino das primeiras letras.

Nesse contexto, sobretudo no primeiro período, enfatizou-se, neste artigo, o esforço empreendido pelos missionários para alfabetizar a gente nativa com a língua portuguesa, que só foi possível depois que os missionários aprenderam as línguas dos gentios e delas criaram uma língua geral, a qual foi utilizada como base da referida alfabetização. Tal ação necessária foi, sobretudo, o que motivou o Pe. Manoel de Nobrega a criar as “casas de bê-á-bá”, embrião dos colégios que os jesuítas construíram posteriormente.

A língua portuguesa, naquele primeiro momento, e a língua latina nos colégios, tornaram possível o acesso à cultura portuguesa e ao mundo religioso, e, conseqüentemente, criou uma elite intelectual no momento de consolidação do projeto missionário dos jesuítas. Afinal, o ensino da língua do colonizador português aos povos brasílicos dominados fazia parte da aspiração política de colonização, o que reforçaria o poder da metrópole sobre os povos originários, que eram inúmeros e diversíssimos.

Nos colégios, que em seguida foram construídos, o latim se estabelecia, e seu ensino ganhava destaque, mas a língua geral missionária – o tupi jesuítico – ainda tinha o seu valor na formação oferecida nos Colégios. Formava-se, assim, uma elite colonial, nos moldes da sociedade portuguesa. Decerto, os diferentes níveis de acesso a essa cultura letrada eram definidos pelas práticas educativas daqueles religiosos.

Ao fim dessas reflexões acerca do uso das línguas: tupi, português e latim, no Brasil dos séculos XVI-XVII, esperamos ter demonstrado a importância da língua mais falada na costa do Brasil colonial. Esperamos, também, ter demonstrado a complexa dinâmica linguística e cultural da Colônia, caracterizada pela educação jesuítica, e revelado a intrincada interação entre língua e cultura na formação da sociedade luso-brasileira, que se desenvolveu no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil. Edição fac-similar. São Paulo: Loyola, 1990. Disponível em: <https://archive.org/details/artedegrammatica00anch/page/n5/mode/2up>.

_____. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. 567p. (Cartas Jesuíticas). Disponível em: purl.pt/155/4/r-19794-v_PDF/r-19794-v_PDF_24-C-R0150/r-19794-v_0000_grav-569_t24-C-R0150.pdf.

BANDELIER, A. F. (1907). Fernando de Avendaño. In: THE CATHOLIC Encyclopedia. New York: Robert Appleton Company, 2008.

BOTELHO, José Mario, História externa da língua portuguesa e a formação de seu léxico. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

BOSI, A. A dialética da colonização. São Paulo: Cia. Das letras, 1992.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos das Grandezas do Brasil. Domínio Publico, 1618. In: ABREU, Capistrano de (Ed.). Salvador: Progresso, 1956. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000025.pdf>.

CÂMARA, JR., Joaquim Mattoso. Línguas europeias de ultramar: o português do Brasil. In: UCHÔA, C.E.F. (Org.). Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: FGV, 1975. Edição original: 1963.

CARDIM, Fernão (1980 [1584]). Tratado da terra e gente do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1925. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local-files/biblio%3Acardim-1925-tratados/cardim_1925_tratados.pdf.

COMPANHIA DE JESUS. Ratio Studiorum. In: FRANCA, L.E. da S. O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952. p. 119-230.

CONFERENCE OF MAJOR SUPERIORS OF JESUITS. Jesuit Ratio Studiorum of 1599. Translated by Allan P. Parrell, S.J. Washington, 1970. Dis-

ponível em: <https://archive.org/details/ratio-studiorum-1599/page/132/mode/2up>.

COSTA, C. J.; MENEZES, S. L. A educação no Brasil Colonial (1549-1759). In: Rossi, E.R.; Rodrigues, E.; Neves, F.M. (Orgs). Fundamentos históricos da educação no Brasil. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009. 166p. Disponível em: <https://issuu.com/mariajosedasilva1/docs/82432072-livro-fundamentoshistoric>.

DIAS, José S. da S. A política cultural da época de D. João III. Coimbra: Faculdade de Letras, 1969.

ELIA, Sílvio. A unidade linguística do Brasil: condicionamentos geoeconômicos. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FÁVERO, Leonor Lopes. 210 anos de educação jesuítica: O ensino de línguas na babel brasileira. Confluência, Número comemorativo dos 30 anos de fundação da revista Confluência, p. 199-232. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18364/rc.2021nEsp.447>.

_____. A política Linguística na América Latina Colonial e as Línguas Gerais. Apresentação de Trabalho na Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: silvotips.com.br/wp-content/uploads/2018/08/politica-linguistica-na-america-latina-colonial-e-as-linguas-gerais.pdf.

_____. Heranças – A educação no Brasil Colônia. Rev. ANPOLL, n. 8, p. 87-102, jan./jun. 2000.

FERNANDES, Gonçalo. Textos gramaticais latino-portugueses na Idade Média. In: E. Battaner, V. Calvo, P. Peña (Eds). Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación, 324-37. Münster: Nodus Publikationen, 2012.

FERREIRA JR, Amarílio. História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FRANZEN, Beatriz V. Anchieta e a ação missionária dos colégios jesuíticos no Brasil - século XVI. Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998). V.1: 221-32, Coimbra: Fundação Eng. António de Almeida, 2000.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Histórias da Educação Brasileira: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HOLANDA, Sérgio B. de. A época colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. V. 1.

KALTNER, Leonardo Ferreira. O latim na colonização do Brasil quinhentista. Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Línguas e culturas em contato, v. 26, n. 53, p. 39-60. Niterói: UFF, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/72195975/Latin_in_colonization_of_sixteenth_century_Brazil.

_____. O ensino de letras clássicas no Brasil: Panorama histórico e cultural. Revista Brasil-Europa – Correspondência Euro-Brasileira 118/4, 2009:2. Disponível em: https://revista.brasil-europa.eu/118/Letras_classicas.html.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. TOMO 1 e 2. Disponível em: <https://archive.org/details/leite-serafim-1938-historia-da-companhia-de-jesus-no-brasil-tomo-1/mode/2up>.

_____. Novas cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em: <https://ia903102.us.archive.org/5/items/novascartasjesui00leit/novascartasjesui00leit.pdf> e <https://archive.org/details/novascartasjesui00leit/page/n1/mode/2up>.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2011.

MESQUITA, Peri. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: Formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. Educar em Revista, n. 48, p. 235-49, Curitiba, Brasil: UFPR, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/tsMm8XyYmbGNs5kdd38Xyrm/>.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Materiaes e achêgas para a historia e geografia do Brasil. Nº 7 e 8. (Cartas Jesuíticas II). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Disponível em: [file:///C:/Users/Mario/Downloads/003816-2_COMPLETO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Mario/Downloads/003816-2_COMPLETO%20(1).pdf).

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Dicionário de tupi antigo: a indígena clássica do Brasil. Ilustrações Célio Cardoso. 1. ed. São Paulo: Global, 2013. Disponível em: <https://archive.org/details/dico-tupi-navarro/page/n1/mode/2up>.

NOBREGA, Manoel da (1517–1570). Cartas do Brasil do padre Manoel Danobrega (1549–1560). In: MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Materiaes e achêgas para a historia e geografia do Brasil*. Nº 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/8016>.

_____. Informacion de las partes del Brasil. In.: Copias de unas cartas embiadas del Brasil por el padre Nobrega de la companhia de Jesus: y otros padres que estan debaxo de su obediência: al padre mestre Simon preposito

dela dicha compañía em Portugal: y a los padres y hermanos de Jesus de Coimbra. Tresladadas de portugues en Castellano. Recebidas en el año de MDLI. [s.n., s.d.]. Disponível em: http://purl.pt/12671/4/res-842-3-p_PDF/res-842-3-p_PDF_24-C-R0150/res-842-3-p_0000_1-28_t24-C-R0150.pdf.

NUNES, José Horta. Dicionários no Brasil. Análise e História do Século XVI ao XIX. Campinas, Pontes, 2006.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil Colonial. In.: LOPES, E.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. 500 anos de educação no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. O método pedagógico jesuítico: uma análise do Ratio Studiorum. Viçosa: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1981.

PAIVA, Wilson Alves. O legado dos jesuítas na Educação brasileira. Educação em Revista, v. 31, n. 04, p. 201-22, Belo Horizonte, Outubro-Dezembro 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/4WccmHjrYWG4fKfDj8_L87Gv/?format=pdf&lang=pt.

ROSA, Maria Carlota. A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII. In: BESSA FREIRE, J.R.; ROSA, M.C. (Orgs). Línguas gerais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In: NOLL, V.; DIETRICH, W. (Orgs). O português e o tupi no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010. p. 27-47

_____. As línguas gerais sul-americanas. Papia: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 6-18, 1996. Disponível em: <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/view/143/210>.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. D.E.L.T.A., vol. 9, n. 1, p. 83-103, 1993. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/linguas-indigenas-500-anos-de-descobertas-e-perdas>.

_____. Línguas brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

SANTOS, Almir Grigorio dos. As cartas de José de Anchieta e a história das ideias linguísticas. VERBUM, v. 10, n. 3, p. 25-41, dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/56669/38453>.

VIEIRA, Padre Antônio. Carta II. A El Rey. Senhor. In.: Cartas do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesu Tomo Segundo. Offerecido ao Eminentissimo Senhor Nuno da Cunha e Attaide: Presbytero Cardeal da Santa 210

anos de educação jesuítica: o ensino de línguas na babel brasílica Leonor Lopes Fávero e Thiago Zilio Passerini Confluência. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, Especial 30 anos, p. 199-232, junho 2021 232 Igreja de Roma do Título de Santa Anastasia, do Conselho de Estado, Guerra, e Despacho de Sua Magestade, Inquisidor Geral nestes Reynos, e Senhorios de Portugal. Lisboa: Officina da Congregação do Oratorio, 1735. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009213&bbm/4524#page/1/mode/2u>.

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão do Espírito Santo. In.: Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia de IESV, Prégador de Sua Magestade. Terceira Parte. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1683. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009221&bbm/4562#page/1/mode/2u>.

Outras fontes:

Cartas Avulsas (1550–1568). (Cartas Jesuíticas II). Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4676>.

Copia de unas cartas embiadas del Brasil. Tresladada de portugues en castellano1551. Disponível em: https://purl.pt/12671/4/res-842-3-p_PDF/res-842-3-p_PDF_24-C-R0150/res-842-3-p_0000_1-28_t24-C-R0150.pdf